

“A imaginação é mais importante que o conhecimento.”
Albert Einstein (1879–1955)



“Só se é curioso na proporção de quanto se é instruído.”
Jean Jacques Rousseau (1712-1778)

A substância M dos Bairros Antigos (I)

Mário Duque
Arquitecto

Os edifícios dos bairros antigos de Macau correspondem na sua maioria à classe de edifícios M (médios), ou seja, edifícios que não ultrapassam a altura de 20,5 metros.

A esses edifícios estão associadas organizações típicas do espaço interno que resultam das regras da construção destinadas a essa classe de edifícios.

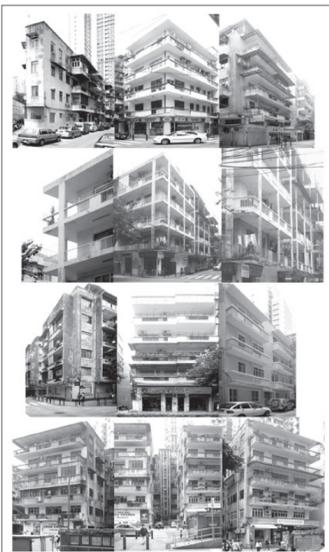
O facto de, na maior parte dos casos, os últimos andares desses edifícios serem duplex e de que são raros os que estão equipados com elevador, são consequências dessas regras.

Dentro desta classe de edifícios salientam-se manifestações arquitectónicas que constituem segmentos relevantes na paisagem urbana e na tradição arquitectónica de Macau de um passado recente.

Esses segmentos distinguem-se principalmente em função da geração e do momento urbanístico em que surgiram.

Se se traçassem linhas no tempo que distinguíssem esses segmentos, essas linhas separariam os anos anteriores a 1985 (Decreto-Lei n.º 79/85/M, Regulamento Geral da Construção Urbana – RGPU) e os anos do início do milénio.

URBANIZAÇÃO DO PÓS-GRANDE GUERRA
Anteriormente à década de 1980, a tradição



Da Segunda Grande Guerra à década de 1980

do desenho arquitectónico que se estabeleceu em Macau foi capaz de introduzir soluções inovadoras e relevantes, adaptadas ao clima e às expectativas do espaço e do uso residencial à época.

Essa tradição incorporou muitos dos critérios funcionais e construtivos que emergem do movimento moderno europeu, que se generalizaram após a Segunda Grande Guerra.

Tais critérios pautavam-se por melhores padrões ambientais, de conforto e de higiene, em correspondência aos moldes da vida moderna e já disponíveis e acessíveis a todas as camadas sociais da população.

Muitos desses critérios e instrumentos de planeamento foram igualmente exportados e implementados com sucesso por administrações ultramarinas, com o propósito de assegurar urbanização racional e eficiente.

Essas foram circunstâncias que contribuíram para o estabelecimento de uma tradição de desenho e de construção moderna em Macau, com regras simples mas seguras, que permitiram que uma arquitectura proliferasse em moldes adequados, sem necessidade de grande intervenção ou da marca de quem era portador daquela tradição construtiva.

As variações no desenho, na funcionalidade e nos processos construtivos foram mínimas.

Mesmo assim, alguns desses edifícios revelam espantosamente qualidades distintas dentro da sua padronização. Muitas dessas qualidades emergem da simples montagem de partes iguais mas em lotes ou envoltórios com configurações diferentes, ou seja, qualidades que não emergem da arquitectura, mas da forma urbana.

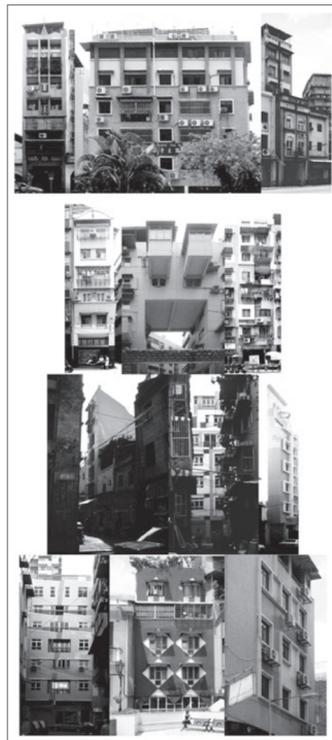
A ERA PÓS-MODERNA

Com a chegada da década de 80 do século passado, Macau experimentou pressão urbanística novamente por via do crescimento demográfico e disso emergiu a necessidade de intensificar o espaço urbano. Consequentemente, o número de profissionais a trabalhar nestas disciplinas também cresceu.

Tais circunstâncias reclamaram novos dispositivos de ordenamento de território que regulassem, não apenas os critérios da edificação, mas também os critérios de natureza técnica, profissional e administrativa que articulassem todos os intervenientes no processo.

Um novo diploma foi assim publicado [Decreto-Lei n.º 79/85/M de 17 de Agosto, o Regulamento Geral da Construção Urbana (RGPU)] que no seu elenco de definições contempla o desempenho, a aptidão e as responsabilidades dos intervenientes nas tarefas de planeamento, de desenho e de construção.

Foi desde a publicação desse diploma



Da década de 1980 ao novo milénio

que o desenho arquitectónico foi acreditado em Macau como uma aptidão exclusiva dos arquitectos reconhecidos localmente. Diga-se que nesse aspecto foi um formato de legislação que se antecipou à legislação da República Portuguesa.

Ao mesmo tempo, as necessidades de desempenho profissional atraíram novas gerações de arquitectos recém-graduados a trabalhar em Macau, educados e treinados no espírito da época, ou seja, na eclosão dos tempos da Pós-Modernidade.

Essa geração salientou-se na procura de soluções arquitectónicas que, embora pudessem variar entre revivalismo e inovação, eram principalmente no seu conjunto contrárias à ideia do estilo internacional para que a arquitectura moderna tinha evoluído e contrárias ao decréscimo de significação que emanava daquela prática.

Para tanto o desenho foi necessariamente exploratório, interpretativo e, por isso, resultou em indole mais cultural, mais intelectual e, na maior parte dos casos, mais pessoal.

Embora a moldura dos tempos fosse a

mesma, os caminhos que se deparavam eram vários entre a redescoberta da linguagem figurativa da arquitectura e o aprofundamento do discurso abstracto da estética moderna. Ou seja, o fio condutor estava exactamente na dispersão.

A ERA GLOBAL

Com a chegada do novo milénio, instalaram-se padrões melhorados no espaço habitacional. Isso emergiu da aproximação dos níveis de desenvolvimento, de aprovisionamento e de apetrechamento geral das regiões circundantes e da maior mobilidade regional e global da população residente e profissional.

Na parte que se refere ao desenho e às soluções arquitectónicas, os novos modelos de edifícios são resultado da experiência e da optimização de soluções ajustadas e estabilizadas às regras vigentes da edificação, do apetrechamento e do mercado imobiliário, mas também são resultado de outra maturidade no modo de fruir o espaço habitacional.

É também resultado de um sentido de gosto predominante, que se configura em desenho e em estilo de vida, segundo padrões que são cada vez mais igualmente generalizados.

Estas são circunstâncias que naturalmente contribuem para o estabelecimento de uma nova tradição de desenho e de construção, igualmente com capacidade de se estabilizar em modelos simples e seguros, muito à semelhança do que aconteceu em Macau em gerações anteriores de produção arquitectónica.

Em confirmação dessa semelhança, a tradição construtiva da era global prolifera em moldes estabilizados sem necessidade de grande intervenção ou marca de quem pratica essa tradição construtiva.

Nesses moldes, as variações no desenho, no processo construtivo ou na funcionalidade tendem a ser mínimas, mas nisso também semelhante a anteriores gerações de produção arquitectónica, todavia desta vez em enquadramentos económicos e políticos que aparentam ser em tudo diferentes.

Já a possibilidade de estes edifícios podem exibir qualidades distintas dentro da sua padronização, nomeadamente em função da configuração do lote ou das condições da envolvente, já não revelam a mesma capacidade da tradição que se estabeleceu após a Segunda Grande Guerra.

Os elementos de composição destas fachadas são por limitação de legislação mais planos e destinam-se apenas a integrar as componentes mecânicas dos edifícios, i.e. os aparelhos de climatização, acrescentando apenas algum prolongamento visual e físico do interior da habitação por via de janelas sobressaídas.

Esses elementos também não têm a mesma capacidade de animar e sombrear as fachadas ou de usufruir da presença no exterior da habitação, mas também não sobrecarregam a área total do fogo, como sobrecarregam as varandas.

Disso resulta menos relação com o meio urbano, mas também essa é a relação já menos desejada, porque já não significa a mesma qualidade de fruição ambiental que significou no passado.

Todavia restabeleceu-se uma prática consistente na renovação da cidade, nomeadamente nos bairros antigos, se bem que menos dedicada ao exercício exploratório do discurso arquitectónico ou à invenção.



O novo milénio

Também por analogia ao que outros momentos de produção arquitectónica experimentaram em estados semelhantes de coisas, isso poderá ser circunstâncias com capacidade de inspirar ou espoletar respostas arquitectónicas relevantes no futuro.

O actual enquadramento legal ainda assegura que o exercício local do desenho arquitectónico é uma capacidade exclusiva dos arquitectos reconhecidos localmente, independentemente da disposição desses intervenientes em desenvolver com isso uma marca de relevo para a Região.

A circunstância de que a formação em arquitectura passar a desenvolver-se em Macau num futuro próximo, poderá igualmente servir para inspirar outro estado de coisas.

(Continua)

Um cidadão comum de esquerda



Boaventura Sousa Santos
In Visão

A minha coluna, intitulada A esquerda é burra?, suscitou polémica entre alguns sectores de esquerda. Fui acusado de apelar ao voto útil no PS e, mesmo, de incoerência, dadas as minhas conhecidas simpatias pelo BE. Uma acusação injusta. Fiz um tal apelo apenas no caso das eleições para a Câmara de Lisboa, mas nunca em geral - e explico porquê. Como referi, sócio-eleitoralmente os portugueses têm sido maioritariamente de esquerda e, em sua esmagadora maioria, não são filiados em nenhum partido, sendo uns mais fiéis às suas preferências partidárias que outros. Penso ser uma responsabilidade dos políticos de esquerda tentarem meter-se na cabeça de tais eleitores e sobretudo na dos que têm fracas lealdades partidárias. É o que eu tento fazer, assumindo, com risco, que tal maioria sociológica de esquerda se vai manter.

Nestas eleições o eleitor comum de esquerda será um eleitor relutante, de dois tipos: o relutante-desiludido e o relutante-esperançado. O primeiro está desiludido com as políticas do governo PS e não lhe perdoa que não tenha aproveitado a maioria absoluta para promover políticas de esquerda: diminuir as desigualdades sociais, fortalecer os sistemas públicos de Saúde e de Educação, proteger os direitos dos trabalhadores, garantir a sustentabilidade de pensões integrais, dignificar o Estado e lutar sem quartel contra a corrupção.

A crise devia ter dado ainda mais urgência a estas políticas, financiadas por dinheiro público que não devia ser desbaratado a salvar bancos corruptos. Este eleitor precisa de razões para não votar na direita mesmo que, para ele, o PS, apesar de tanta cedência à direita, não seja a direita. Tem de ser convencido de que a direita continua a ser o adversário principal por quatro razões. Primeiro, quando esteve no poder não mostrou melhor "sensibilidade" em qualquer daquelas políticas, bem pelo contrário. Segundo, tudo leva a crer que agora será pior, pois contará com o respaldo de um Presidente de direita. Terceiro,

Quando está no poder, a direita tem dois poderes: o poder político e o poder económico; quando está na oposição, a direita cede o poder político à esquerda mas continua a ter o poder económico

custa imaginar um governo probo quando o corrupto televisivo de ex-ministros não ter fim. Quarto, é falsa a simetria entre a direita e a esquerda.

Quando está no poder, a direita tem dois poderes: o poder político e o poder económico; quando está na oposição, a direita cede o poder político à esquerda mas continua a ter o poder económico. Exerce-o de duas maneiras: influenciando indevidamente os governos que se deixam indevidamente influenciar, como aconteceu com o governo PS; dispondo do poder dos media que hoje são, em todo o mundo, o grande partido-travão das mudanças sociais progressistas.

O eleitor relutante-esperançado é aquele

para quem, apesar de tanto desatino, a esquerda é plural e não esgotou as possibilidades de renovação. Para ele, não é uma fatalidade que a esquerda se deixe armadilhar numa de duas posições, ambas becos sem saída: render-se sem luta ao poder económico da direita; ou, quando luta, lutar mais renhidamente no seu seio, entre várias opções de esquerda, do que contra a direita.

Este eleitor tem de ser acima de tudo convencido de que o seu voto na esquerda não será perdido. Quer votar no partido que lhe garanta mais possibilidades de renovação (ou porque é mais novo ou porque é renovável) mas não pode imaginar que uma maioria sociológica de votos de esquerda venha a redundar num governo de direita. Para ele, este resultado será devastador. Não será convencido pela ideia de que construir a unidade de uma esquerda verdadeira exige ainda algum tempo, mais processos eleitorais. Ele não vive no médio prazo e sabe que o dano que a direita fará ao já minguado Estado-Providência será desta vez irreversível.

Os próximos tempos vão decidir o "destino" deste eleitor-chave. Pode em eleições futuras não ser sequer um eleitor relutante-desiludido; pode mesmo ser um não-eleitor. Ou, pelo contrário, pode deixar de ser relutante e trazer para o seu campo da esperança os agora desiludidos. Tudo depende da visão dos políticos de esquerda.